

# Drogadicção na adolescência: uma perspectiva histórico-cultural

Davi Contente Toledo<sup>1</sup>  
Letícia de Almeida Araújo<sup>2</sup>

## Resumo

Este ensaio teórico aborda, por meio da perspectiva histórico-cultural da Psicologia, o tema do uso de drogas na adolescência. As atuais políticas públicas que tratam da questão das drogas mostram elementos contraditórios e retrógrados. Essas políticas, ao mesmo tempo em que tratam o usuário de drogas como criminoso, tratam-no também como um doente; concepções médico-patologizantes e policiais coexistem nos mesmos programas governamentais. A adolescência é compreendida neste trabalho como uma construção social, histórica e política. Este trabalho tem como objetivo analisar os elementos históricos que participaram tanto na construção do fenômeno social da adolescência, quanto nos discursos e representações contemporâneas sobre o uso de drogas, para assim, desconstruir alguns preconceitos sobre esses dois temas. Vemos, ao fim do trabalho, que os discursos contraditórios sobre os dois temas se apresentam como mais um instrumento de marginalização das categorias sociais analisadas; esses discursos atuam de forma a manter tais sujeitos em um lugar social “mal definido”.

**Palavras-chave:** Adolescência. Uso de drogas. Psicologia histórico-cultural.

## 1 Introdução

O tema Drogas vem ocupando um espaço cada vez maior nas agendas de políticas públicas, nos seminários e discussões técnicas, na mídia e nos mais diversos espaços sociais.

---

<sup>1</sup> Especialista em Saúde Mental e Atenção Psicossocial (Universidade Estácio de Sá, 2010). Graduado em Psicologia (UniCEUB, 2007). Atualmente atua como psicólogo pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

<sup>2</sup> Mestre em Educação (UnB, 2009). Especialista em Administração Escolar (UERJ, 2000). Graduada em Pedagogia (UERJ, 1998). Atualmente atua como diretora pedagógica de unidade educacional do SESC.

A Organização Mundial de Saúde define ‘droga’ como:

Uma substância que pode ou não servir de aplicação médica legítima. Quando dela se abusa, por auto-administração e para fins distintos dos legitimamente médicos, pode provocar perniciosas e imprevisíveis modificações no organismo humano, nos sentimentos e nas ideias (TULLER et al., 2009, p. 141).

No presente trabalho usaremos o termo ‘drogas’ como sinônimo de ‘substâncias psicoativas’ e ‘entorpecentes’.

As respostas do governo são, muitas vezes, paradoxais diante da complexidade do problema das drogas no Brasil. Diferentes estratégias são usadas em ações governamentais. Essas estratégias, muitas vezes, escondem propostas contraditórias, com bases teóricas e técnicas absolutamente conflitantes. Um exemplo desse conflito de estratégias está na proposta da segurança pública de “erradicar” as drogas no cenário nacional por meio de um aparato jurídico-policial de repressão e com uso da violência; enquanto o sistema de saúde, por meio de um discurso médico-patologizante, trata o usuário de drogas como um doente, alguém que deve ser curado (SILVA, 2007).

A complexidade do fenômeno da drogadicção não permite a construção de soluções simplistas e ingênuas. Para que esse tema seja abordado de forma a construir, de fato, novas zonas de inteligibilidade (GONZÁLEZ REY, 2005a), devemos superar preconceitos e pressupostos morais relacionados ao uso de drogas, assim como buscar desvelar as complexas redes sociais que sustentam a dinâmica do tráfico e do uso delas.

As representações sociais dominantes sobre o usuário de drogas em diversos espaços da sociedade estão sempre relacionadas a um sujeito marginal, perigoso, indesejável e antissocial (SILVA, 2007). Cabe, portanto, ao pesquisador e ao especialista em saúde mental a desconstrução dessas imagens dominantes sobre o usuário de drogas, procurando sempre compreendê-lo como um sujeito de direitos, inserido em um contexto histórico-político específico e com uma história de vida singular.

Silva (2007), em sua dissertação de mestrado, aborda as questões econômicas e mercadológicas que envolvem o tráfico e o consumo de drogas no mundo. A autora sustenta que o tráfico de drogas está intimamente relacionado a uma rede de corrupção internacional e também ao sistema bancário. Sobre a droga como um produto inserido em uma lógica de mercado, a autora afirma:

Sendo a droga uma mercadoria, ela obedece, como tal, às leis da economia. Nesse contexto, temos de distinguir imediatamente dois aspectos. Um, diz respeito ao consumo de substâncias psicoativas dentro de grupos específicos, segmentos sociais e tradições. Outro trata do que acontece quando esse consumo se altera e passa a ser regulado por uma lógica de mercado, determinado pela multiplicação do capital, pela administração e imposição de sua lógica da circulação e modos de consumo (SILVA, 2007, p. 35).

Essa citação mostra o quão complexo é o fenômeno em estudo. Questões políticas e macroeconômicas estão intimamente relacionadas às micropolíticas do desejo (GUATTARI; ROLNIK, 2007), à identidade (SUDBRACK, 1996) e à subjetividade humana (GONZÁLEZ REY, 2005b).

Diversas pesquisas apontam que o início do uso de substâncias psicoativas se dá durante a adolescência (TULLER et al., 2009; CAVALCANTE et al., 2008). Essa etapa de desenvolvimento é por si só tema complexo, já estudado e amplamente analisado. Ao correlacionarmos o uso de substâncias psicoativas ao fenômeno psicossocial da adolescência, a questão ganha em complexidade e em incertezas.

Nesta revisão será abordada a problemática das drogas na adolescência de uma perspectiva histórico-cultural, em que sujeito e subjetividade constituem-se nas principais categorias de análise (GONZÁLEZ REY, 2005b).

Sujeito é definido pelo autor de referência como consciente, atual, intencional e interativo; um indivíduo em constante relação com o contexto social por meio da linguagem; portador de emoções e representações singulares intimamente ligadas à sua subjetividade (GONZÁLEZ REY, 2005b).

Ao definir Configurações Subjetivas (uma das categorias centrais em sua obra), González Rey (2005b, p. 204) afirma:

Diferente de outras categorias que têm surgido como universais dentro do pensamento psicológico, a categoria de configuração não se define por conteúdos universais, nem por processos únicos de caráter universal, senão que constitui um núcleo dinâmico de organização que se nutre de sentidos subjetivos muito diversos, procedentes de diferentes zonas de experiência social e individual. [...] as configurações são um elemento de sentido do comportamento atual de um sistema subjetivo, seja este social ou individual e, ao mesmo tempo, podem alterar sua forma de organização ante a emergência de sentidos e configurações que passam a ser dominantes dentro do momento atual de ação do sistema.

A partir das definições supracitadas, compreendemos a complexidade da inserção do problema de drogas na adolescência em uma perspectiva histórico-cultural da Psicologia. É justamente essa complexidade que permite compreendermos de forma profunda o fenômeno, percebendo as diversas influências de fatores sociais e individuais na construção de um 'ser-no-mundo' associado ao uso de substâncias psicoativas.

Com as informações colocadas, podemos também formular a ideia principal que guiará o presente estudo: a marginalização e a patologização do sujeito em uso de substâncias psicoativas não oferece aparatos teóricos e técnicos para uma compreensão profunda da experiência subjetiva do uso de drogas na adolescência; uma visão complexo-sistêmica do homem apresentaria mais recursos para que as emoções e sentidos subjetivos relacionados ao uso de drogas sejam realmente desvelados / construídos.

A presente revisão se justifica por apresentar uma visão diferenciada sobre o uso de drogas na adolescência; relacionando categorias como configurações e sentidos subjetivos com um contexto cultural, histórico e político amplo. Dessa forma, poderemos construir novas zonas de inteligibilidade com relação ao problema estudado e compreender aspectos importantes da subjetividade social ligados ao contexto de drogas.

Subjetividade social é uma categoria que procura romper com a dicotomia entre social e individual, relacionando-os a partir de uma visão dialética e complexa. Assim, o fenômeno da subjetividade deixa de ser considerado puramente individual, passando a ser compreendido também em seu caráter social (GONZÁLEZ REY, 2005b).

O objetivo do presente trabalho constitui-se na realização de levantamento bibliográfico sobre o fenômeno da drogadicção na adolescência a partir de uma perspectiva histórico-cultural.

## **2 Metodologia**

O presente trabalho constitui-se em uma Revisão de Literatura, método este de pesquisa qualitativa que permite ao pesquisador obter, integrar e construir conhecimento a respeito de um objeto específico a partir da seleção e leitura sistematizada de pesquisas e publicações anteriores (MUÑOZ et al. 2002).

É importante frisar que, mesmo constituindo-se como uma revisão ('re-visão') de literatura, esta pesquisa é baseada em uma epistemologia complexo-sistêmica, que na Psicologia é representada, por exemplo, pela abordagem histórico-cultural de González-Rey (MARTINEZ, 2005). Os artigos pesquisados convergiram para essa epistemologia.

Essa perspectiva nos permite enxergar a pesquisa como um momento importante de real construção de conhecimento, e não apenas de reprodução de ideias de autores anteriores. A releitura de artigos científicos possibilita ao pesquisador, em seu exercício de criatividade interpretativa, criar novas zonas de inteligibilidade diante do objeto de pesquisa (GONZÁLEZ REY, 2005a).

Entendemos também que a escolha de um objeto de pesquisa constitui-se na própria construção desse objeto. Essa ideia tem como principal argumento a noção de que a produção de conhecimento não é uma transposição reflexa da realidade, mas sim uma construção intelectual do pesquisador sobre ela. O real apre-

senta infinitos entrelaçamentos que a razão humana não é capaz de apreender em sua totalidade, fazendo com que a produção de conhecimento seja uma constante construção da realidade a ser estudada (GONZÁLEZ REY, 2005a).

Serão considerados os artigos que possuam uma base epistemológica condizente com a proposta desta pesquisa. Portanto, serão utilizados artigos que apresentem uma visão complexo-sistêmica (histórico-cultural) e biopsicossocial do fenômeno em questão.

Nas etapas que se seguem serão revisados os aspectos teóricos que sustentam o estudo e os elementos históricos, sociais e políticos que atuaram na construção das representações contemporâneas sobre o fenômeno da drogadicção na adolescência. Após a exposição dos três capítulos, formularemos uma breve conclusão, atualizando e organizando as ideias então abordadas.

Como bases de dados, foram utilizados artigos científicos, dissertações de mestrados, livros e monografias. O programa Google Acadêmico se constituiu como a fonte principal deste material, já que permitia o acesso a vários periódicos eletrônicos. As palavras-chave para a busca do material utilizado foram: Psicologia histórico-cultural, entorpecentes, drogadicção e adolescência.

### **3 Subjetividade, complexidade e análise do discurso: ferramentas teóricas para compreensão do problema**

A presente etapa tem como função uma instrumentalização teórica para a compreensão do problema proposto a partir de uma perspectiva histórico-cultural. Essa instrumentalização abarcará não apenas a teoria da subjetividade (González Rey) e da complexidade (Morin), mas também noções importantes sobre Análise do Discurso. Essa linha de pensamento mostra-se importante, pois proporciona uma possibilidade de análise apurada dos elementos simbólicos, discursivos e relacionais que permeiam e constroem as representações sobre o tema trazido no presente trabalho.

Coelho (2004, p. 6) compreende discurso como:

[...] a linguagem em uso na escrita e na fala num determinado contexto interacional (Van Dijk, 1997a). Com esta dimensão interacional, sublinha-se a ideia de que o texto constitui apenas o produto resultante de um processo global de interação social. Isto significa que discurso não é meramente certo tipo de texto, nem a atividade individual de escritores, mas uma forma de interação social entre atores sociais, membros de categorias sociais, grupos, profissões, organizações, sociedades e culturas. Implica também uma visão do uso da linguagem como um conjunto de escolhas de um sistema de opções disponível, linguísticas e semióticas, que estão abertas ao utente.

A partir do conceito exposto acima, podemos compreender que o discurso, a fala, é resultante de uma série de acontecimentos sociais (interacionais). O discurso revela relações de sujeitos pertencentes a determinados grupos sociais, em um momento histórico e político específico. A escolha, portanto, de termos, construções textuais e discursivas está condicionado ao posicionamento de um sujeito em um contexto que envolve questões ideológicas, interesses subjacentes e um sistema de representações compartilhadas socialmente. O discurso de um sujeito representa um sistema de posicionamentos sociais mais amplos.

Compreendermos os aspectos sócio-históricos da linguagem nos permite compreendê-la como discurso. A análise dos padrões discursivos e dos elementos que formam estes padrões constituídos historicamente nos permite compreender os processos de cristalização da ordem social vigente (nos chamados posicionamentos reacionários), mantendo sistemas de domínio, exploração, preconceito e exclusão (BUCHER; OLIVEIRA, 1994).

Bucher e Oliveira (1994), ao estudarem o teor dos textos de “combate às drogas”, sugerem que essas produções possuem uma intencionalidade precisa ao induzirem o leitor a um ponto de vista específico sobre as drogas, o usuário e o tráfico. Os autores sugerem que os textos de caráter moralista, persuasivos e condenatórios de “combate às drogas”, divulgados em diversas mídias diariamente, são instrumentos que elegem as drogas como bodes expiatórios para problemas sociais

amplos e complexos. Cria-se assim uma aura mítica sobre as questões das drogas, impedindo o leitor de analisar o fenômeno de uma forma isenta e contextualizada.

Os autores supracitados, ainda no estudo sobre o discurso do “combate às drogas”, afirmam que os textos analisados possuíam um teor claramente passional, com argumentos de autoridade e estatísticas alarmistas sem fonte divulgada. Esses elementos, segundo os autores, revelam textos que não possuem o objetivo de informar ou possibilitar que os leitores construam de forma autônoma seus posicionamentos sobre o uso de drogas, mas sim que aceitem as ideias impostas e ‘embarquem’ na campanha de combate às drogas.

Compreendemos, no entanto, que não há uma subordinação intelectual por parte dos leitores que entram em contato com o discurso ‘antidrogas’, como sugerem Bucher e Oliveira (1994). Trabalhamos com a ideia de que o sujeito se apropriará dos textos divulgados de acordo com seus recursos pessoais, podendo assumir posicionamentos críticos inclusive contra os instrumentos de divulgação do discurso moralista e por vezes policialesco da ‘guerra contra as drogas’.

Em seu estudo sobre a representação de gênero em campanhas antidroga, Coelho (2004) mostra o quanto eventos sociais, políticos e discursivos refletem na elaboração de políticas públicas que agem reforçando desigualdades e modelos de exclusão. A autora ilustra sua ideia com a campanha antidrogas voltada ao público feminino nos anos de 1980 nos EUA. Nessas campanhas, gestantes usuárias de drogas eram extremamente marginalizadas, já que “negligenciavam” o feto. Em alguns Estados norte-americanos, a população carcerária feminina aumentou vertiginosamente por conta desse fato, já que as mulheres que faziam uso de drogas durante a gravidez eram judicialmente penalizadas. Importante ressaltar que esse discurso tomou corpo em um momento de retorno do conservadorismo político nos Estados Unidos, em que desigualdades sociais se agravaram e as figuras das minorias urbanas eram colocadas como os inimigos internos do país.

Outro detalhe que aparece como reflexo de um discurso conservador, que mescla valores morais e cientificismo, é a eleição dos fatores de risco e de proteção. Famílias nucleares, colocadas como “funcionais”, aparecem como barreira à

experimentação de drogas; enquanto famílias de estruturas alternativas são postas como “disfuncionais”, não oferecendo a mesma segurança que o modelo familiar tradicional (COELHO, 2004).

A noção de risco aparece, portanto, dentro de uma perspectiva também ideológica. O termo “risco” é trabalhado por Giddens (2005 apud FIORE, 2008, p. 35) como “[...] uma maneira de regular o futuro, de normatizá-lo e submetê-lo ao nosso domínio”. O risco aparece, portanto, associado à noção de controle. O “risco” se torna um mecanismo de controle político-ideológico na medida em que agentes sociais imputam a outros agentes uma aura de perigo, de ameaça, elegendo assim os bodes expiatórios de um problema social (FIORE, 2008).

Até o presente momento, trouxemos a noção de ideologia vinculada à teoria da Análise do Discurso, o que proporcionou uma importante contextualização histórico-cultural a respeito do fenômeno da drogadicção, além de nos permitir apreender as intencionalidades subjacentes dentro de processos comunicacionais. Admitir, no entanto, o caráter ideológico presente nos discursos sociais sobre drogas, não exclui a dimensão (ou admissão) de um sujeito ativo por detrás desses acontecimentos. Sujeito este que não aparece como alheio aos próprios processos. A ideologia é entendida neste trabalho apenas como um momento na configuração dos processos de subjetivação (GONZÁLEZ REY, 2005b).

Tomamos a Análise do Discurso como ferramenta teórica complementar. González Rey (2005b, p. 149) insere o Construcionismo Social e a Análise do Discurso em categorias teóricas similares e a esta categoria tece a seguinte crítica: “Para os autores construcionistas, as conversações, narrativas e o discurso, termos que se utilizam com frequência de forma pouco clara e indiscriminada, são a única substância real que compõem o mundo”.

E complementa:

O discurso como sistema é portador de elementos que não são co-construídos. É um sistema prévio ao sujeito de natureza ideológica e que condiciona as narrativas que se produzem dentro de seus limites. Tanto na produção das narrativas como nas expressões discursivas, o sujeito

aparece com momento sem história constitutiva própria, portadora de uma forma de organização diferente das conversações de que participa. Neste sentido, a ideia de subjetividade desaparece, pois o sujeito não tem capacidade generativa dentro dos contextos de sua ação (GONZÁLEZ REIS, 2005b, p. 149-150).

Admitir uma noção de subjetividade, é inserir o sujeito nos próprios processos. Nesta pesquisa trazemos à tona os processos discursivo-ideológicos e os admitimos como momentos de construção não apenas do ambiente social, mas também de constituição do próprio ser humano. Da mesma forma, inserimos o humano em um papel ativo na constituição desses ambientes discursivos, colocando discurso e sujeito em uma relação dialética: ambos constituintes e constituídos. As teorias da Análise do Discurso e da Subjetividade, não se apresentam aqui como dissonantes, mas sim como complementares.

Em diversos momentos deste trabalho, as noções de subjetividade e complexidade são utilizadas como instrumento de compreensão do recorte da realidade analisado. Torna-se de suma importância uma conceitualização eficiente desses dois termos para que não sejam utilizados de forma corriqueira e leviana.

O pensamento complexo esteve presente em correntes teóricas de diversos pensadores ao longo da história da ciência e da filosofia, como Marx, Wittgenstein e Bachelard (MORIN, 1999 apud MARTINEZ, 2005).

O século XX foi extremamente rico em autores que introduziram em seus sistemas teóricos os preceitos do pensamento complexo; compreendendo que a realidade nem sempre se apresenta de forma linear, previsível ou quantificável. Esses autores foram capazes de compreender seus respectivos objetos de estudo como imprevisíveis, contraditórios e contextualizados (MARTINEZ, 2005).

O conceito de Complexidade não se apresenta neste trabalho como sinônimo de algo complicado, difícil ou com grande número de interações quantitativas; Martinez (2005, p. 4) traz este conceito: “Complexidade constitui um modo de compreender a realidade no qual é reconhecido o caráter desordenado, contraditório, plural, recursivo, singular, indivisível e histórico que a caracteriza”.

Morin (2003) propõe alguns princípios do pensamento complexo. Esses princípios são: sistêmico (o todo produz qualidades novas com relação as partes isoladas); hologramático (a parte está no todo e vice-versa); do ciclo recorrente (os resultados de um processo são geradores desse mesmo processo); da autoecoorganização (os elementos de um sistema são autônomos na medida de sua dependência do funcionamento do sistema geral); dialógico (complementaridade de dois argumentos aparentemente contraditórios); da reintrodução do conhecido em todo conhecimento (noção de que o ato de conhecer um objeto participa da própria construção desse mesmo objeto).

O conceito e os princípios trazidos acima nos permitem vislumbrar de maneira clara o que representa inserir a questão do uso de drogas na contemporaneidade em uma perspectiva complexa.

Martinez (2005), em seu texto “A Teoria da Subjetividade de González Rey: uma expressão do Paradigma da Complexidade” traça diversos paralelos entre essas duas linhas de pensamento. A teoria de González Rey aparece como expressão do pensamento complexo dentro da Psicologia.

A subjetividade (entendida tanto como teoria quanto categoria de análise) aparece como possibilidade de compreensão dos processos humanos dentro de uma perspectiva complexa na medida em que insere o sujeito em um sistema histórico-cultural mais amplo sem diluir este sujeito no macrossistema em que está mergulhado (princípio hologramático).

Admitir o uso de drogas como um fenômeno complexo não significa dizer que é algo apenas “complicado” ou de difícil resolução, mas sim admiti-lo como uma questão histórico-política (contextualizada). As diversas partes que formam esse sistema são elas mesmas portadoras da forma de funcionamento geral desse sistema. Um sujeito usuário de drogas (microsistema) traz consigo seus recursos e histórias particulares ao mesmo tempo em que atua dentro de um sistema familiar, social e histórico mais amplo (macrossistema), sistemas esses que se reproduzem e se renovam (princípio da autoecoorganização).

Dessa forma, compreendemos também o fenômeno social da adolescência que, apesar de ser colocada como fenômeno ‘natural’ no desenvolvimento humano, apresenta marcas sociais e históricas claras nos seus modos de apresentação e expressão contemporâneos.

#### **4 Adolescência dentro de uma perspectiva histórico-cultural**

Da mesma forma que a adolescência tornou-se objeto de estudo da Psicologia no início do século XX (DIAS, 2008), a hebefobia (medo excessivo de adolescentes) coloca-se nos dias atuais como um possível objeto de estudo dessa mesma ciência.

As discussões que giram em torno de uma possível explicação para as representações dominantes sobre o período de vida em questão, mostram-se intimamente ligadas ao termo ‘hebefobia’.

A dupla origem da palavra adolescência simboliza, em parte, o posicionamento social diante desses indivíduos: *adolescere* significa crescer, maturar, revela algo ou alguém ainda em processo de crescimento; ao mesmo tempo, o vocábulo *adulescere* representa adoecer (DIAS, 2008). Dessa forma, a própria denominação de um período de vida já nasce com representações e estigmas que impõem uma relação de medo e intimidação, pois do outro lado pode estar alguém imaturo, adoecido e imprevisível.

As representações em torno da adolescência e o conseqüente surgimento da ‘aborrescência’ como fenômeno social (DIAS, 2008) fazem com que o sujeito nessa etapa de desenvolvimento precise construir e desconstruir, no seu dia a dia, estigmas e conceitos que lhe precedem.

Mesmo no meio científico, a construção do conhecimento a respeito da adolescência muitas vezes reforça as imagens cristalizadas sobre esses sujeitos. Em artigo de revisão de literatura, Beneti et al. (2006) estruturam sua pesquisa sobre categorias de análise que apenas reforçam a imagem estigmatizada de adolescen-

cia, associando-a à delinquência, à depressão e a comportamentos autodestrutivos; nesse artigo, os autores privilegiam análises e estudos de origem médica e com clara predominância quantitativa.

Assim como o artigo criticado acima, existem diversos outros textos e discursos sociais legitimados que associam a adolescência a comportamentos de risco, drogas e passividade (BUCHER; OLIVEIRA, 1994). Autores de artigos metodologicamente perfeitos agem, muitas vezes, apenas reforçando o lugar social do sujeito adolescente, e com isso, a forma como nos relacionamos com ele: a visão crítica não acompanha o rigor metodológico.

Bock (2004, p. 32), em um estudo sobre os conceitos apresentados em livros de orientação a pais e professores sobre a adolescência, mostra que:

A adolescência tem sido, a nosso ver, definida, nesses livros e na psicologia em geral, como uma fase natural do desenvolvimento humano. Ela está pensada como se fizesse parte da natureza humana e como algo que desabrocha ao final da infância e antes da vida adulta. É apresentada com características que são tomadas como naturais e todos os indivíduos normais passam obrigatoriamente por essa fase do desenvolvimento.

Vemos, portanto, que discursos naturalizantes sobre a adolescência são disseminados de diversas formas. A adolescência perde (inclusive na Psicologia) seu aspecto histórico, passando a ser vista e construída como uma fase da vida com problemas e questões específicas e predeterminadas. Nessas definições, o próprio aspecto histórico e singular do ser humano é deixado de lado, já que ele passa por fases “naturais” ou “normais” de desenvolvimento.

A mesma autora, na conclusão de seu estudo, percebe que os textos analisados utilizam uma série de características negativas (desvalorizadas socialmente) para definir a adolescência. A relação entre adolescentes e adultos é colocada em termos de “luta”; os jovens não são colocados em momento algum como possíveis parceiros dos adultos, como portadores de visões diferenciadas e enriquecedoras sobre o mundo (BOCK, 2004). A adolescência é colocada como um ‘vir a ser’ e o adolescente como um ser incompleto.

A naturalização do fenômeno da adolescência dificulta a elaboração de políticas públicas eficientes voltadas para essa população, além de cristalizar as dificuldades a serem enfrentadas, já que o adolescente é colocado em um lugar social marginalizado e um problema a ser resolvido (BOCK, 2004).

Bock (2004), explicitando as ideias de Leontiev, mostra que a humanização do mundo e do próprio homem (passagem do ser biológico para o ser social) acontece por meio do trabalho. A ação do homem sobre o mundo material, assim como a criação de instrumentos para mediar essa relação homem-natureza, desenvolve-se e se mantém justamente por conta da capacidade humana de compartilhar e transmitir o conhecimento desses meios de produção entre as gerações sem dispor de capacidade genética para tal. É a imersão do homem em um contexto sócio-histórico preexistente que o permite dispor dos instrumentos sociais construídos (linguagem, meios de produção, símbolos, representações etc.) e continuar a transformação do mundo ao seu redor.

Com uma série de discursos sociais legitimados em torno do fenômeno da adolescência, conceituar esse período de vida torna-se uma tarefa que exige cuidados.

A abordagem sócio-histórica da Psicologia assim compreende o fenômeno da adolescência:

A adolescência é vista como uma construção social que tem suas repercussões na subjetividade e no desenvolvimento do homem moderno e não como um período natural do desenvolvimento. É um momento significado, interpretado e construído pelos homens. Estão associadas a ela marcas do desenvolvimento do corpo. Essas marcas constituem também a adolescência como fenômeno social, mas o fato de existirem como marcas do corpo não deve fazer da adolescência um fato natural (BOCK, 2004, p. 39).

Como ressalta a autora no parágrafo acima, o período da adolescência recebe marcas físicas de seu aparecimento (caracteres sexuais secundários, espinhas, crescimento etc.), ganhando traços de fenômeno natural. Aliada a esses significados sociais, a própria ciência surge como reforçadora desses pressupostos sobre a

juventude, ao divulgar estudos de caráter basicamente biomédico que associam o cérebro do adolescente como estruturalmente mais imaturo do que de um adulto. Essa visão fica clara na seguinte citação: “O avanço das pesquisas em neurociência aponta que a adolescência é um estado do cérebro e que o comportamento adolescente é resultado de um cérebro adolescente” (ALENCAR, 2009, p. 2-4).

E Alencar (2009, p. 2-4) completa: “As mudanças físicas desencadeiam mudanças psicológicas e sociais que são influenciadas pelo contexto social, histórico, cultural e familiar no qual o adolescente está inserido”.

A partir das citações de Alencar pudemos refletir sobre a importância dos elementos históricos, culturais e relacionais na formação do sujeito adolescente (são colocados como ‘influências’ apenas). As alterações cerebrais (neuroquímicas e estruturais) são colocadas como desencadeantes das mudanças gerais do comportamento, das emoções e das representações da experiência adolescente.

Compreendendo a adolescência como um fenômeno complexo, que envolve – sem hierarquia entre as variáveis – mudanças físicas, mas também questões sociais, revela-se fundamental a compreensão dos elementos históricos que participaram na criação da adolescência como um discurso e como uma representação social. Como afirma Duveen (1995, p. 263): “Se nós quisermos entender as representações sociais, precisamos entender os processos através dos quais elas são produzidas e transformadas”.

Com as revoluções industriais e o surgimento do capitalismo, o mundo econômico e do trabalho sofrem mudanças drásticas. Essas mudanças influenciam também nos contextos educacionais e sociais de uma forma geral. A sofisticação do trabalho pós-revolução industrial, criou a necessidade de formar indivíduos especializados para lidar com esse contexto, aumentando assim o tempo de formação educacional. Esse prolongamento do tempo na escola retarda então o ingresso dos jovens no mercado de trabalho. Esse fenômeno serve aos interesses do capitalismo também na medida em que a diminuição de pessoas no mercado de trabalho alivia o problema do desemprego estrutural desse modo de produção (BOCK, 2004).

O prolongamento do tempo das crianças na escola fez com que jovens adultos, antes capazes de adentrar o mundo do trabalho de forma plena, permanecessem em um mundo infantil, sem autonomia. Sujeitos com plenas capacidades físicas e mentais para ingressarem no mundo adulto são mantidos longe desse contexto por conta das demandas de um novo modo de produção – o capitalismo (BOCK, 2004).

Dessa maneira, nasce um grupo de iguais na nova sociedade capitalista: o adolescente da maneira como é descrito nos manuais de Psicologia, Medicina, e nas representações coletivas.

As mudanças pelas quais um determinado grupo social passa ao longo do tempo tornam evidente que os diversos fenômenos históricos constroem e reconstróem esse grupo a todo o momento. No caso da adolescência, vemos cada vez mais um prolongamento dessa etapa da vida em indivíduos com faixa etária acima dos 25 anos (OLIVEIRA, 2007).

Oliveira (2007), em seu estudo sobre o fenômeno do prolongamento da adolescência, destaca que diversos fatores representacionais, econômicos e mercadológicos vêm atuando para que os ‘ritos’ de passagem para a vida adulta sejam adiados. A autora refere que muitas das características atribuídas à adolescência vêm se tornando cada vez mais valorizadas em alguns meios; essas características são: associação entre juventude e beleza, rebeldia e culto ao corpo.

Debert (2010), em seu artigo sobre a dissolução da vida adulta, afirma que a juventude se tornou um valor em nossa sociedade na mesma medida em que se apresentou como um bem de consumo; alcançável por indivíduos em qualquer idade, desde que possuam os meios econômicos para tal.

Outro fenômeno colocado como catalisador do prolongamento da adolescência é a crescente necessidade da ‘formação permanente’ (ou ‘educação continuada’). Esse fenômeno da contemporaneidade advém das novas demandas do mercado de trabalho, em que o indivíduo deve atingir um alto grau de instrução para que possa inserir-se no mercado de trabalho e, por conseguinte, conquistar sua independência financeira e autonomia. Essa situação cria nos sujeitos a sensação

de nunca estarem realmente prontos para entrarem no mundo do trabalho, já que a exigência deste mundo os oprime e sufoca com suas incessantes demandas de excelência (OLIVEIRA, 2007).

A valorização de algumas características adolescentes associadas às mudanças no mercado de trabalho tem como resultado indivíduos acima dos 30 anos procurando agir como adolescentes e sem autonomia suficiente para gerirem suas vidas (OLIVEIRA, 2007).

Vemos, portanto, que as características atribuídas à adolescência tanto assumem um caráter marginalizado, e até patológico, quanto um lugar social valorizado, no qual a rebeldia, a juventude e a beleza aparecem como tríade do ser adolescente.

Outra contradição evidente nos discursos sobre o adolescente, é que este aparece ora como vítima do meio social caótico atual, ora como agente deste mesmo caos social (CORREA; TRUFEM, 2009).

A ambivalência dos discursos sociais sobre a adolescência aparece como uma possibilidade de compreendermos as próprias características – postas como naturais – dessa fase da vida. Quando postos em um lugar social sem uma função específica e ocupando lugares contraditórios nas representações coletivas, processos como ‘busca de identidade’ ou ‘crise entre gerações’ aparecem como categorizações repletas de significações sociais subjacentes.

## **5 Considerações históricas e políticas sobre o uso de drogas**

Os discursos disseminados sobre a relação entre substâncias entorpecentes e a sociedade, como vimos anteriormente, cristalizam o lugar das drogas e do usuário como agentes potenciais de dissolução do *status quo*. Discursos médicos (patologizantes) e jurídicos (criminalizantes) aparecem como ferramentas legitimadas de marginalização e exclusão dos usuários de drogas (BUCHER; OLIVEIRA, 1994; COELHO, 2004).

Neste capítulo nos deteremos em uma contextualização histórica e política sobre a questão das drogas. Munidos desse instrumental, poderemos compreender o objeto de estudo de uma maneira menos ingênua e romper com as representações estanques que colocam as substâncias psicoativas como bodes expiatórios dos grandes problemas sociais contemporâneos.

Desde os primeiros agrupamentos humanos, o uso de substâncias psicoativas esteve inserido em um sistema de sentido que instituiu normas sociais para produção, distribuição e uso destas substâncias. Esse sistema de sentidos (normalmente religioso) regulava e construía sentido ao uso de drogas (RIBEIRO; ARAÚJO, 2006).

Com as Grandes Navegações do século XVI, os europeus entraram em contato com diversas novas substâncias e as introduziram em sua sociedade. Nesse processo, as drogas, antes repletas de sentido e regras sociais, passaram a ser consumidas, produzidas e distribuídas de forma indiscriminada, trazendo consequências negativas para a sociedade europeia. Passaram a ser registrados casos de overdose, problemas crônicos de saúde e o desmantelamento de hábitos sociais tradicionais (RIBEIRO; ARAÚJO, 2006).

Outro fato de grande importância para a construção do quadro atual das drogas no mundo ocidental foi a descoberta do processo de destilação. Essa descoberta surgiu concomitante à Revolução Industrial e ao nascimento do modo de produção capitalista. Nos Estados Unidos da América, o desemprego estrutural, a exclusão social e a produção de bebidas alcoólicas mais concentradas contribuíram para o surgimento de problemas crônicos de saúde e de um caos social nunca antes visto (RIBEIRO; ARAÚJO, 2006).

Os diversos elementos de crise social gerados pelo uso indiscriminado das novas substâncias psicoativas obrigaram os governos dos diversos países a criarem políticas públicas para tentarem restabelecer a ordem social de outrora. Essas políticas públicas foram os principais instrumentos para a aplicação da noção de saúde pública. As drogas começaram então a fazer parte de estudos médico-sanitaristas que relacionavam cada vez mais o uso de drogas a patologias e à desestruturação individual (RIBEIRO; ARAÚJO, 2006).

Considerando políticas públicas como:

[...] o conjunto de ações, programas e projetos (estratégias) que visam influenciar o comportamento de um grupo de indivíduos ou de toda a sociedade, de forma que as mudanças por ele geradas se convertam em bem-estar para toda a população. (RIBEIRO; ARAÚJO, 2006, p. 458).

Sobre este tema, os mesmos autores completam:

Toda a política pública possui um componente ideológico. [...] uma política nasce da confrontação do que deve ser mudado ou conservado, liberado ou reprimido, estimulado ou combatido em nome da viabilidade da estrutura social vigente. (RIBEIRO; ARAÚJO, 2006, p. 458).

Concentrando-nos na realidade brasileira, lembramos que a ideologia (por meio de leis, normas e recomendações) das políticas públicas que envolvem o controle de drogas surge em um contexto histórico de Brasil Colônia. Os textos legais da Metrópole (Portugal) eram aplicados diretamente na Colônia (FERREIRA, 2005).

Após a declaração de independência, as leis genuinamente brasileiras ainda possuíam o mesmo teor daquelas elaboradas pela antiga Metrópole (consequentemente por toda sociedade europeia do final do século XIX). Nesse momento da história brasileira, essas leis possuíam um caráter fundamentalmente sanitarista. O usuário de drogas era considerado, portanto, um doente, estando passível de ser mandado para a ‘Colônia de Alienados’, onde poderia ficar internado por tempo indeterminado (FERREIRA, 2005).

A apropriação da questão das drogas pelo âmbito da saúde pública não esconde, no entanto, o aspecto proibicionista, com fundo claramente moralista dessas políticas (RIBEIRO; ARAÚJO, 2006).

A construção das políticas proibicionistas, para alcançar legitimidade, funda-se em argumentos advindos da Psiquiatria, assim como de movimentos sociais de caráter religioso ou moralista. Sobre essa aliança de saberes Ribeiro e Araujo (2006, p. 458) explicam:

[...] a nascente Psiquiatria contemporânea passou a identificar nas substâncias propriedades capazes de levar seu consumidor à degradação moral e ao vício, posteriormente denominados dependência. [...].

O proibicionismo nasceu no estado de Ohio (EUA), a partir de uma aliança entre as igrejas locais (católica e protestante). Sob o *slogan* ‘*Ao badalar dos sinos das igrejas de Ohio, os saloons devem partir*’, o movimento pedia o fim do comércio de álcool, por julgá-lo a causa da degradação moral e física que observavam no país.

A reconstrução do cenário político pós-Segunda Guerra e o advento da Guerra Fria trouxeram transformações profundas no cenário político internacional. A cultura militar imposta a uma série de países da América Latina aliada a pressões internacionais convergiram para a elaboração de políticas antidrogas de caráter belicista no Brasil (FERREIRA, 2005).

As novas políticas públicas na era militar trouxeram mudanças também nos textos legais, nas resoluções e, por conseguinte, nas representações a respeito do usuário. Uma das mudanças jurídicas mais significativas foi a equiparação dos crimes de uso e de tráfico de drogas. Houve também a associação dos usuários de drogas a movimentos comunistas ‘subversivos’, numa outra tentativa de legitimar as ações opressoras do Estado (FERREIRA, 2005).

Diante dos exemplos brasileiro e norte americano, podemos construir um quadro contextualizado sobre a diversidade de discursos que envolvem as drogas, mas compreendendo também que a separação desses discursos é meramente didática, já que eles se entrelaçam e se legitimam mutuamente.

Fica claro também, após compreendermos os eventos que instituíram o consumo de drogas ora como patológico ora como criminoso, que as posturas subjacentes diante do usuário de drogas, pode ser sintetizada em apenas uma: punição (NASCIMENTO, 2006).

Com o restabelecimento da democracia no Brasil e com as novas políticas de saúde pública (criação do Sistema Único de Saúde), o poder legislativo concretiza uma nova visão do usuário de drogas e das posturas governamentais diante dessa questão:

Esses três pontos (refere-se à substituição da prisão pela medida de segurança, às recomendações dadas à polícia para a não-prisão de usuários de drogas e reformulações no processo penal de alguns tipos de crimes relacionados a drogas) dão mostra de que o Poder Legislativo tem produzido leis mais flexíveis quanto à gravidade penal da conduta de consumir dada quantidade de um tipo de droga. Adicionalmente, as interpretações dadas aos estatutos legais que abordam o consumo de droga, tendo este como objeto de interesse principal, revelam que a dialética das partes de uma lide junto ao Poder Judiciário resulta em um paradigma que se volta à não-penalização da conduta de consumir drogas” (NASCIMENTO, 2006, p. 188).

Parte das diretrizes nacionais para formulação de políticas públicas para lidar com a questão das drogas está condensada nos documentos: “Política Nacional Sobre Drogas” e “Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral aos Usuários de Álcool e Outras Drogas”. Esses documentos apresentam uma tentativa atual de flexibilização da postura governamental diante da questão. Com esse objetivo, então, essa política tem os seguintes eixos: prevenção, tratamento, recuperação e reinserção social, redução de danos, redução da oferta, estudos, pesquisas e avaliações (SOUZA; KANTORSKI, 2007).

As autoras supracitadas argumentam, no entanto, que muitos aspectos das diretrizes contemporâneas guardam algumas contradições, além de pontos que lembram uma postura belicista e patologizante. Uma dessas contradições é justamente a coexistência de uma política de redução de danos e de redução de oferta. As autoras argumentam que a redução de oferta passa por uma postura policial de combate ao tráfico, vigia de fronteiras e criminalização, enquanto que a proposta de redução de danos sugere uma maior liberdade de escolha do usuário e descriminalização (SOUZA; KANTORSKI, 2007).

Esses documentos criam também uma aura de culpa sobre os usuários (como aqueles que consomem a droga que alimenta o tráfico, o crime e o caos) ao mesmo tempo em que colocam o uso de drogas como uma doença e o usuário como um sujeito que precisa de ajuda (SOUZA; KANTORSKI, 2007).

O cenário pós-Segunda Guerra (discutido anteriormente) gerou também nos países atingidos uma urgência pela retomada dos direitos civis. Esse clima gerou movimentos sociais como a Antipsiquiatria, *Hippies*, *Beats*, entre outros. Esses movimentos buscavam alternativas ao militarismo e à disputa entre os blocos capitalista e socialista (RIBEIRO; ARAÚJO, 2006).

Nesse cenário, as drogas assumiam o papel de um instrumento de expressão de revolta e insatisfação com a realidade. O novo lugar social ocupado pela droga, em conjunto com o novo cenário de reivindicações de direitos, criou o terreno propício para a criação de políticas públicas cada vez mais abrangentes (tolerantes) com o usuário de entorpecentes (RIBEIRO; ARAÚJO, 2006).

Tomando ainda o cenário europeu como referência, os movimentos sociais do pós-guerra fizeram-se cada vez mais presentes nos demais núcleos sociais, tendo suas reivindicações legitimadas pelo processo político formal. Esse processo ocorreu em países como Holanda e Suíça de forma mais evidente. Na Holanda, o movimento dos usuários em heroína reivindicava abertamente melhores condições de vida. Na Suíça foram criados 'locais de tolerância', onde o usuário de drogas poderia consumir a substância livremente; em seguida, esses locais de tolerância foram transformados em salas de injeção, onde os usuários de drogas injetáveis recebiam material esterilizado e orientação de profissionais especializados (RIBEIRO; ARAÚJO, 2006).

A contextualização histórica de um objeto de estudo que muitas vezes ocupa um lugar naturalizado de crime, patologia e degradação, torna-se uma tarefa que exige cuidados, já que pode significar desestruturar bases importantes do maniqueísmo disseminado socialmente. No entanto, um trabalho dessa espécie pode também destituir das drogas todo o poder que lhe foi atribuído durante anos; contextualizar, nesse sentido, tornar-se a humanizar; retirar das drogas a face diabólica e dar-lhe traços humanos.

## **6 Considerações finais**

As generalizações e interpretações desta etapa do trabalho têm como instrumental não apenas as explorações teóricas realizadas, mas também a experiência profissional do autor.

Inúmeras pesquisas apontam que o início do uso de drogas se dá predominantemente durante a adolescência. Procuramos compreender essa questão para além das teorias que justificam esse dado por meio da reprodução de discursos muito específicos sobre a adolescência: busca de identidade, rompimento com os pais e rebeldia, entre outros. Apelar para essas categorias pré-formuladas pelos saberes médicos e psicológicos nos leva para não além do ponto inicial da discussão.

A adolescência se assemelha a uma falsa entrada no mundo adulto: um sujeito física e biologicamente preparado para assumir sua autonomia é deixado por tempo prolongado sob o controle dos pais (responsáveis) e na clausura da escola. Esses sujeitos, que ocupam um lugar ambivalente na estrutura social atual, entram em contato com diversos discursos (também contraditórios) sobre uma série de substâncias psicoativas (repletas de promessas e ameaças).

Tendo barrada sua entrada no mundo adulto, os sujeitos adolescentes se deparam com uma série de comportamentos (entre eles o uso de drogas) que podem se constituir como um possível passaporte para um reconhecimento de seu amadurecimento. Contraditoriamente, esses comportamentos trazem como resultado o recrudescimento de um sistema tutelar, que acaba por considerar, novamente, o sujeito adolescente como alguém incapaz de administrar a si mesmo.

Fica claro, portanto, o sistema que coloca o sujeito adolescente em um lugar de passividade e imaturidade ao mesmo tempo em que oferece (por vias escusas) 'pseudoatalhos' para a vida adulta, reforçando ainda mais os discursos marginalizantes sobre a adolescência.

Os discursos que constroem a adolescência e ditam padrões de relacionamento com esses sujeitos (entre um desses padrões, a hebefobia) atuam na formação de uma subjetividade social que envolve não apenas os sujeitos nesse período

de vida, mas também adultos, idosos e crianças. A configuração dessa subjetividade social atua na construção própria da subjetividade individual – em uma relação dialética – dos sujeitos adolescentes.

Essa dinâmica faz com que, muitas vezes, a subjetividade social atue nos indivíduos de forma a confirmar parte das representações sobre a adolescência. Isso significa que os adolescentes, muitas vezes em resposta aos discursos sociais, ajam dentro do que é esperado para um adolescente.

No que tange aos assuntos drogas e adolescência, a sociedade contemporânea parece se perder na densa floresta de sentidos e significados subjacentes que ela mesma plantou e criou. Soluções para esse problema social passam não apenas pela realização dos objetivos das políticas públicas atuais, mas por uma transformação profunda nessas mesmas políticas.

A democratização do debate sobre o uso de drogas acontecerá apenas se um espaço real for criado para que os usuários de drogas sejam ouvidos como sujeitos de direitos e não como criminosos ou doentes sem razão.

Esses espaços sociais democráticos serão criados à medida que as representações sobre esses sujeitos também mudem; para isso o ambiente comunicacional deve passar não apenas por uma revisão, mas por uma revolução, para que personagens de filmes, novelas e seriados não sejam meramente caricaturas dos estereótipos de usuários de drogas.

Os devires dos adolescentes, assim como os devires de um sujeito que usa drogas, são incontáveis, amplos e imprevisíveis, são, em sua essência, complexos.

## **Drug abuse in adolescence: a historical-cultural perspective**

### **Abstract**

This theoretical essay addresses, through the perspective of historic-cultural Psychology, the subject of drug use in adolescence. The current public policies that address the question of drugs show retrograde and contradictory elements. These policies, while dealing with the drugs user as a criminal, treat them also as a patient; medical and pathological conceptions coexist in the same government programs. The teenagers are understood here as a social, historical and political construction. This paper aims to analyze the historical elements who participated in the construction of the social phenomenon of adolescence, as in the contemporary speeches and representations about drug use, thus, to deconstruct some preconceptions about these two themes. We see, by the end of this work, that the contradictory statements on the two subjects are presented as one more instrument of marginalization of the social categories examined; these discourses work to keep these individuals in a “evil / bad set social place”.

**Keywords:** Adolescence. Drug use. Historic-cultural psychology.

### **Referências**

- ALENCAR, G. **Por que me comporço assim?:** transformações cerebrais na adolescência. Curitiba, 2009. Disponível em:<<http://revista.unibrasil.com.br/index.php/retdu/article/viewFile/74/104>>. Acesso em: 22 abr. 2009.
- BENETI, S. P. C. et al. Violência comunitária, exposição às drogas ilícitas e envolvimento com a lei na adolescência. **Psico**, Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 279-286, set./dez. 2006.
- BOCK, A. A perspectiva sócio-histórica de Leontiev e a crítica à naturalização da formação do ser humano: a adolescência em questão. **Caderno cedes**, Campinas, v. 24; n. 62, p. 26-43, abr. 2004.
- BUCHER, R.; OLIVEIRA, S. R. M. O discurso do ‘combate às drogas’ e suas ideologias. **Revista de saúde pública**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 137-145, Abr. 1994. doi: 10.1590/S0034-89101994000200008.

CAVALCANTE, M. et al. Adolescência, álcool e drogas: uma revisão na perspectiva da promoção à saúde. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 12; n. 3, set. 2008, p. 555-559. doi: 10.1590/S1414-81452008000300015.

COELHO, Z. P. Gênero no discurso das campanhas antidroga. **Cadernos do Noroeste**, Minho, v. 20, n. 1/2, p. 433-466, 2004.

CORREA, F.; TRUFEM, S. O adolescente no mundo globalizado: experiências e expectativas de um grupo paulistano. **Pesquisa em Debate**, Edição Especial, p. 1-33, 2009. Disponível em: [http://smarcos.br/paulinia/pesquisaemdebate/especial/artigo\\_16.pdf](http://smarcos.br/paulinia/pesquisaemdebate/especial/artigo_16.pdf). Acesso em: 20 abr. 2010.

DEBERT, G. A dissolução da vida adulta e a juventude como valor. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, ano 16, n. 34, p. 49-70, jul./dez. 2010.

DIAS, E. T. D. M. Subjetividade, docência e adolescência: impactos no ato educativo. **Notandum Libro**, Porto, v. 11, p. 59-66, 2008.

DUVEEN, G. Crianças enquanto atores sociais: as representações sociais em desenvolvimento. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 261-293.

FERREIRA, L. A 'Justiça Terapêutica' e o conteúdo ideológico da criminalização do uso de drogas no Brasil. **Revista da Faculdade de Direito da UFPR**, Curitiba, v. 43; n. 0, p. 1-21, jan./dez. 2005.

IORE, M. Prazer e risco: uma discussão a respeito dos saberes médicos sobre o uso de drogas. In: MACRAE, Edward et al. (Org.). **Drogas e cultura: novas perspectivas**. Salvador: Editora da UFBA, 2008. p. 141-154.

GONZÁLEZ REY, F. **Pesquisa qualitativa e subjetividade**. São Paulo: Thomson learning, 2005a.

GONZÁLEZ REY, F. **Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural**. São Paulo: Thomson learning, 2005b.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

MARTINEZ, M. A. A teoria de González Rey: uma expressão do paradigma da complexidade em psicologia. In: GONZÁLEZ REY, F. (Org.). **Subjetividade, complexidade e pesquisa em psicologia**. São Paulo: Thomson Learning, 2005. p. 1-25.

MORIN, E. A necessidade de um pensamento complexo. In: MENDES, C. (Org.). **Representação e complexidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. p. 69-78.

MUÑOZ, S. et al. Revisão sistemática de literatura e metanálise: noções básicas sobre seu desenho, interpretação e aplicação na área da saúde. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO EM ENFERMAGEM, 8., maio 2002, São Paulo. **Anais...** Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/pdf/sibracen/n8v2/v2a074.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2009.

NASCIMENTO, A. Uma visão crítica das políticas de descriminalização e de patologização do usuário de drogas. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 1, p. 185-190, jan./abr. 2006. doi: 10.1590/S1413-73722006000100021

OLIVEIRA, A. Adolescência prolongada: um olhar sobre a nova geração. **Colloquium Humanarium**, Presidente Prudente, v. 4, n. 1, p. 41-45, jun. 2007.

RIBEIRO, M.; ARAÚJO, M. Política mundial de drogas ilícitas: uma reflexão histórica. In: SILVEIRA, D.; MOREIRA, F. (Org.). **Panorama atual de drogas e dependências**. São Paulo: Atheneu, 2006. p. 457-468.

SILVA, P. **As representações sociais de usuários de drogas entre familiares de usuários em tratamento**. Salvador. 2007. 205 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Bahia - UFBA, Salvador, 2007.

SOUZA, J.; KANTORSKI, L. Embasamento político das concepções e práticas referentes às drogas no Brasil. **Revista Eletrônica de Saúde Mental, Álcool e Drogas**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 1, ago. 2007. Disponível em: <[http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S1806-69762007000200003&script=sci\\_arttext](http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S1806-69762007000200003&script=sci_arttext)>. Acesso em: 20 nov. 2009.

SUDBRACK, M. F. O. Construindo redes sociais: metodologia de prevenção à drogadicção e à marginalização de adolescentes de famílias de baixa-renda. In: MACEDO R. M. (Org.). **Família e comunidade: coletâneas da ANPEPP**. Local: editora, 1996. p. 87-113.

TULLER, N. et al. Os sofrimentos e danos biopsicossociais de dependentes químicos em recuperação. **Revista Cesumar de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**, Maringá, v. 14, n. 1, p. 137-174, jan./jun. 2009.

**Para publicar na revista Universitas:  
Ciências da Saúde, acesse o endereço eletrônico  
[www.publicacoesacademicas.uniceub.br](http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br).  
Observe as normas de publicação, para facilitar e  
agilizar o trabalho de edição.**